

HEROLD JUNIOR, C.; LEONEL, Z. A educação física e a criação dos sistemas nacionais de ensino: da prática social à prática escolar. Maringá, PR: EDUEM, 2010.

Sandra Aparecida Zotovici

Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil

Beatriz Ruffo Lopes

Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil

Larissa Michelle Lara

Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil

A obra *A Educação Física e a criação dos sistemas nacionais de ensino: da prática social à prática escolar*, publicada em 2010, é resultado de parceria acadêmica decorrente de trabalho de dissertação de mestrado, defendido no ano 2000 por Carlos Herold Junior e orientado por Zélia Leonel. Antes mesmo, em 1994, essa temática já interessava aos autores como conteúdo investigativo, sendo impulsionada com o desenvolvimento da dissertação de mestrado e refinada com as alterações necessárias ao formato livro. A parceria dos autores deu-se, também, pela interlocução entre áreas, uma vez que Herold Junior é licenciado em educação física pela Universidade Estadual de Maringá – PR, mestre em educação pela mesma universidade e doutor em educação pela Universidade Federal do Paraná. Já Leonel é licenciada em geografia pela Universidade Estadual de Maringá – PR, mestre em educação pela Universidade Estadual de São Carlos, e doutora em educação pela Universidade Estadual de Campinas.

O objetivo de Herold Junior e Leonel foi analisar o processo de escolarização das atividades corporais no interior da escola pública, orientado por um viés histórico. Para tanto, dois capítulos constituem a obra, sendo o primeiro voltado para a discussão da educação física na prática social da modernidade, com reflexões sobre corpo e pensamento educacional no contexto do nascimento da sociedade moderna e, o segundo, marcado pelo pensamento educativo no século XIX, refletindo sobre a reorganização das escolas e a criação dos sistemas nacionais de ensino.

Educação física na prática social da modernidade é o tema do primeiro capítulo e tem como ponto de partida a Idade Moderna para refletir sobre o pensamento educacional da época. Para dar subsídios teóricos a essa intenção, os autores dialogam com pensadores que viveram do século XV ao XVIII e que, em seus escritos, trouxeram relevantes reflexões sobre educação, saúde e educação do corpo, a exemplo de François Rabelais, Michel de Montaigne e John Locke. Veem como eixo central das ideias desses pensadores a crença de que o desenvolvimento individual do homem era fundamental para sua inclusão na sociedade.

Herold Junior e Leonel, com base nas ideias de Rabelais, revolucionárias à época (século XVI), destacam a crítica feita aos velhos procedimentos da constituição familiar feudal, valorizando uma nova prática social pautada nas transições possibilitadas pelo início da Idade Moderna. Percebe-se, em Rabelais, o crescimento da necessidade de higienizar aquele corpo que não era foco na sociedade feudal, voltando-se os olhares para a educação como forma de ascensão social, em procedimentos que envolvem o corpo, a saúde e a higiene, denotando influências greco-romanas nas necessidades de exaltar as qualidades físicas.

Montaigne, por sua vez, como esclarecem os autores, não se diferenciava muito de Rabelais, uma vez que seus escritos negam a forma de vida e educação corporal dos povos medievais, visualizando a razão como prioritária na educação dos filhos. A busca pela educação do corpo e pelo fortalecimento dos músculos era um meio de desenvolver individualmente as crianças, algo central na estruturação da nova sociedade, valorizando a preocupação com costumes, gostos e vícios peculiares. Inspirando-se em Platão, Montaigne retoma a necessidade de resolver questões sociais e de dar importância a um corpo que estivesse pronto para enfrentar esses novos conflitos.

No tópico em que Locke é apresentado, os autores dialogam com Karl Marx para tratar do processo de surgimento da sociedade capitalista. As ideias de Locke, pensador inglês associado à democracia liberal, são discutidas a partir da forma que a educação deveria ser regida na sociedade, voltando-se para a construção de bons hábitos. Como explicitam Herold Junior e Leonel, Locke sempre focou seus escritos na mediação entre rigidez e liberalidade, rigidez e violência, castigo e afeto, trazendo a necessidade da educação corporal calcada no desejo de transformação social que ele trazia em seus ideais.

Após analisar as contribuições de Rabelais, Montaigne e Locke, os autores afirmam que eles constataram novas formas assumidas pela educação das classes superiores, tendo como ponto principal a base familiar, com foco na orientação doméstica ou privada. Contudo, até esse período as classes populares não usufruíam desse mesmo modelo educacional. Isso porque, enquanto o homem de negócio tinha sua educação junto aos pais e filósofos e os seus conhecimentos se pautavam nos princípios modernos da pedagogia, os homens assalariados, expropriados dos meios de produção, eram educados de acordo com a “prática social”, ou seja, a vida era quem os ensinava. Seus princípios educativos eram totalmente opostos àqueles que os pensadores propunham, a exemplo da educação que previa castigos, violência e humilhação. Isso denota, segundo os autores, a contradição existente na educação, materializada de modos distintos conforme a classe social.

No segundo capítulo, intitulado A educação do corpo na prática escolar: as bases da disciplina educação física, Herold Junior e Leonel discorrem sobre a importância do referencial histórico do século XIX que influenciou a constituição da escola pública, considerada universal e laica, bem como as correntes pedagógicas que norteavam a formação de cidadãos críticos e com capacidade de construir e transformar a organização social. Os autores atentam para a educação física como disciplina escolar, uma vez que essa seria a maneira de justificar, diante da sociedade, a disciplina responsável pela abordagem referente à educação do corpo

Ao discorrerem sobre a criação da escola pública, os autores destacam a presença da força revolucionária da classe operária em detrimento da burguesa, devido às revoluções de 1848, que aconteceram em toda a Europa e, em 1871, em Paris. Relatam que a escola foi criada com o intuito de controlar a unidade social e que ela crescia em número e em reivindicações, movimento que fez surgir os sistemas nacionais de ensino. Em decorrência, a escola primária obrigatória é criada para instruir e não para educar o novo cidadão. Contudo, em 1880, instrução e educação voltam a ganhar espaço expressivo, ligadas à luta de classes.

A construção das bases para a disciplina educação física, na visão dos autores, foca o processo histórico do Renascimento que tinha por responsabilidade resgatar valores sociais na tentativa de restabelecer a ordem, chegando à nova escola num momento representativo de valorização do caráter moralizador. Esclarecem que a sistematização do en-

sino, na Alemanha e na França, disseminou-se pelo mundo, adotando-se modelos para a criação dos sistemas nacionais de ensino, principalmente, o modelo alemão. A escola assume a função social de ensinar o que não se aprende em casa, tendo em vista a preparação para a guerra, estimulando virtudes como coragem, vontade e saúde. Para atenuar os males que assediavam os homens, a sociedade passa a ser configurada pela união entre educação intelectual e educação do físico, cabendo à escola pública acolher tanto a burguesia quanto a classe operária. As várias transformações ocorridas deram-se em termos de investimentos na educação formativa do cidadão, especialmente nas atividades corporais, acreditando-se que seria a forma apropriada para solucionar os problemas sociais.

Os autores, ao elegerem a escola pública e as bases da educação física escolar no Brasil (1880-1915) como tema investigativo, partem do retrato histórico mundial que enfatiza a discussão entre educadores e políticos, tendo em vista a estruturação da base dos sistemas nacionais de ensino. Tecem comparativos entre os idealizadores da educação física, no país e no mundo e discutem medidas para viabilizar essa área do conhecimento, priorizando as questões educacionais brasileiras. Esclarecem que em meados do século XIX e início do XX, o foco da discussão centra-se na educação privada e na pública, momento em que a sociedade capitalista transforma as relações de trabalho, substituindo a mão-de-obra escrava pelo trabalho assalariado, o que leva a diferenciar, a partir de então, a instrução da educação.

De modo geral, a obra proporciona uma visão crítica sobre a história da educação física no Brasil e no mundo, trazendo elementos para a compreensão da constituição dessa prática pedagógica no meio escolar. Tem por base a teoria marxista, predominante nos apontamentos realizados pelos autores, o que marca a posição teórica assumida por eles nesse escrito.

Embora resultante de uma dissertação de mestrado, a obra assume o formato de livro no sentido de uma linguagem acessível que possibilita aproximações com o leitor, organizada em 87 páginas. São perceptíveis os esforços dos autores em trazer temas densos em discussões inteligíveis, o que faz com que a incursão pelas ideias de alguns pensadores, a exemplo dos que elegem para interlocução (Rabelais, Locke e Montaigne), seja inspiradora de leituras complementares.

Cabe salientar que apesar de ser evidenciada, no texto, a preocupação conceitual por parte dos autores, a exemplo de como utilizam os termos prática social e prática escolar, outros termos, como práticas corporais, educação do corpo, atividades corporais, cultura corporal e atividades físicas aparecem, de modo geral, como sinônimas, sem a distinção a partir de teorias que as identificam no campo acadêmico da educação física. Se por um lado essa diferenciação parece fundante de qualquer análise que se faça em relação à área, por outro, traz a possibilidade de pensarmos em um exercício acadêmico, por meio do livro, desejoso de ser comunicativo, que chegue até o professor, independente de como ele denomine os saberes tematizados em sua prática escolar cotidiana.

Assim, dialogar com os conhecimentos eleitos pelos autores nessa obra possibilita olhares peculiares para a educação física, uma vez que sua construção histórica fornece elementos para subsidiar a prática escolar. Essa condição favorece sua utilização por professores que atuam na educação física, contribuindo para que eles, de posse de uma produção que reflita sobre a constituição de seu campo de ação, ampliem sua percepção acerca da educação/educação física brasileira, culminando em intervenções diretas na prática escolar.

Referências

HEROLD JUNIOR, C.; LEONEL, Z. **A educação física e a criação dos sistemas nacionais de ensino: da prática social à prática escolar.** Maringá: EDUEM, 2010.

.....
Recebido em: 21/01/2011

Revisado em: 13/06/2011

Aprovado em: 28/11/2011

Endereço para correspondência

zotovici@hotmail.com

Sandra Aparecida Zotovici

Universidade Estadual de Maringá

Centro de Ciências da Saúde.

Av. Colombo, 5790, bloco 06, sala 12

Jd. Universitário

87020-900 - Maringá, PR - Brasil